RESOLUÇÃO

Pela Valorização da Profissão Docente e pela Defesa da Escola Pública

Os educadores, professores e investigadores reunidos na Manifestação Nacional convocada pela FENPROF afirmam, de forma clara e determinada, a sua total disponibilidade para prosseguir a luta pela valorização da profissão docente e pela defesa intransigente da Escola Pública.

A profissão docente integra uma carreira de corpo especial, com especificidades próprias, assente na elevada responsabilidade de educar, ensinar e formar cidadãos. Por isso, exige reconhecimento social, respeito e um Estatuto da Carreira Docente que valorize efetivamente o trabalho dos professores e educadores e responda aos desafios que se colocam à Escola Pública e ao país.

Os educadores, os professores e os investigadores presentes nesta Manifestação rejeitam qualquer tentativa de desvalorização da profissão docente, de descaracterização da carreira ou de ataque aos direitos conquistados ao longo de décadas de luta. Assim, exigem:

- Uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que garanta a urgente valorização da profissão e da carreira e a equidade entre todos setores;

- A manutenção da natureza de corpo especial da carreira docente;

- Concursos justos e transparentes que assegurem estabilidade profissional e pessoal aos docentes;

- Medidas concretas para combater o problema estrutural da falta de professores, o que passa, necessariamente, pela valorização da estrutura da carreira, pela eliminação das vagas na progressão e das quotas na avaliação do desempenho, pela revalorização material da profissão e pela melhoria das condições de trabalho, incluindo o fim dos abusos, sobrecargas e ilegalidades nos horários dos docentes;

- A resolução das iníquas ultrapassagens na carreira, o que requer a contagem integral do tempo de serviço, aliás, de acordo com a Resolução n.º 22/2026 da Assembleia da República, que tal recomenda;

- O rigoroso respeito pelos direitos conquistados ao longo de gerações de luta;

- A adoção de medidas de compensação aos docentes impossibilitados de recuperar, no todo ou em parte, o tempo de serviço roubado durante os períodos de congelamento;

- A consagração de um regime de aposentação que tenha em conta as especificidades da atividade docente e as consequências reconhecidas do seu exercício continuado;

- A realização de negociações sérias, transparentes e baseadas na verdade, no respeito pelo que a lei estabelece nesse domínio;

- Uma negociação coletiva séria por parte das entidades patronais, que permita melhorar as condições de trabalho, carreiras e salários dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias;

- A defesa da Escola Pública como instrumento essencial de igualdade, inclusão e coesão social;

- O reforço do investimento na Educação, desde logo na valorização dos seus profissionais, tendo por referência as recomendações de organizações internacionais que apontam como necessários os 6% do PIB.

A História demonstra que os direitos se conquistam e se defendem com unidade, determinação e luta. Por isso, os educadores e os professores aqui presentes assumem o compromisso de, até ao final do ano escolar, participar ativamente em todas as formas de luta que se revelem necessárias, designadamente:

- Assinalar, numa iniciativa de rua, no dia 15 de junho, a inaceitável discriminação existente no calendário escolar da educação pré-escolar e do 1.º CEB;

- Realizar a iniciativa de rua "O processo de revisão do ECD em exame", no dia 26 de junho, em moldes a divulgar oportunamente;

- Acompanhar o processo de revisão do ECD, realizando, sempre que possível, concentrações junto ao MECI;

- Afirmar a disponibilidade para acompanhar e intervir, se necessário, durante o mês de agosto, caso o MECI avance com novas medidas prejudiciais à profissão e à Escola Pública;

E, por fim:

- Participar ativamente na Greve Geral do próximo dia 3 de junho, em unidade com os demais trabalhadores, contra o retrógrado pacote laboral que todos ameaça e em defesa da profissão docente, o que exige um ECD solidamente valorizado.

Somos Professores, Damos Rosto ao Futuro! Valorização, já!

Lisboa, 16 de maio de 2026